

PODER

Fux vê “roupagem de uma ameaça”

Presidente do Supremo faz crítica contundente ao pedido de impeachment contra Moraes, apresentado por Bolsonaro, e enfatiza que decisões judiciais não podem ser criminalizadas

» AUGUSTO FERNANDES

No dia seguinte ao arquivamento do pedido de impeachment formulado pelo presidente Jair Bolsonaro contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente da Corte, Luiz Fux, criticou de forma contundente a iniciativa do chefe do Executivo.

Segundo Fux, o impeachment “é um remédio extremo” e a sua utilização contra um ministro do STF “tem uma roupagem de uma ameaça, de cassação do juiz” por conta das opiniões proferidas por ele. O presidente do Supremo ainda disse que “juízes têm independência jurídica para decidir de acordo com a lei e a Constituição Federal” e ponderou que “surpreender a independência jurídica de um juiz (significa que) não haverá ordem, não haverá paz”.

Fux destacou que juízes e ministros “não podem atender esses reclames exacerbados, sob pena de nós contarmos uma ditadura sectária inadmissível numa democracia”. “Não é possível que, em uma democracia, as decisões judiciais sejam criminalizadas. Aqueles que não aceitam as decisões judiciais devem se utilizar dos recursos próprios, das vias próprias jurisdicionais, e não do impeachment”, reprovou, ao participar de um evento. “A democracia brasileira não admite que juízes trabalhem sob o páreo de ter de corresponder à vontade de A ou de B, sob pena de sofrer impeachment.”

Segundo o ministro, o impeachment é um remédio que exige a observância de determinadas tipicidades, como a adequação do fato ao cabimento do impedimento. Conforme frisou, no caso envolvendo Moraes, “não havia absolutamente nenhum reflexo de um ato praticado que se en-

Nelson Jr./SCO/STF - 3/3/21



Fux com Moraes: pedido contra ministro foi arquivado no Senado



Não é possível, no país, que as decisões judiciais sejam criminalizadas (...)
Impeachment tem uma roupagem de ameaça, de cassação de um juiz por suas opiniões”

Luiz Fux, presidente do STF

Pacheco ignora críticas de Bolsonaro

» AUGUSTO FERNANDES
» INGRID SOARES

Alvo de críticas do presidente Jair Bolsonaro por ter arquivado o pedido de impeachment contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), preferiu não rebater o chefe do Executivo. “Não farei disso um cavalo de batalha”, afirmou.

Pacheco explicou que rejeitou o pedido de Bolsonaro contra Moraes por motivos jurídicos e políticos. Segundo ele, a solicitação não apresentou fatos que se adequassem às hipóteses em que o processo de impedimento é admitido. “Fiz com a consciência jurídica e política. O fato narrado na denúncia não tinha adequação legal”, reforçou, durante um evento.

Além disso, o presidente do Senado comentou que “não se pode questionar decisões judiciais com esse instrumento”. “A decisão jurisdicional é uma decisão que se revê e se rebate por meio dos recursos próprios, na própria instância do Poder Judiciário. Então, com essa consciência jurídica de que não há tipicidade, não há justa causa para o processo de impeachment”, justificou.

O senador ponderou ser “importante respeitar decisões divergentes, inclusive quando nos desagravam”. “Respeito toda e qualquer crítica do presidente Bolsonaro em relação a essa decisão, que é natural que ele tenha”, frisou. Ele disse esperar que o cenário possa ser superado rapidamente. “Marcas são cicatrizadas. Essa marca também será cicatrizada, porque somos experientes



Presidente do Senado: “Não farei disso um cavalo de batalha”

Memória

Acionado por senadores

O ministro Luís Roberto Barroso, do STF, determinou ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que instaurasse a CPI da Covid, em resposta ao mandado de segurança apresentado pelos senadores Jorge Kajuru (GO) e Alessandro Vieira (SE), ambos do Cidadania. Eles argumentaram à

e patriotas o suficiente para poder restabelecer o diálogo e conversar aquilo que interessa à sociedade brasileira.”

Horas antes, Bolsonaro reclamou do fato de Pacheco ter rejeitado o pedido dele contra Moraes,

Corte que Pacheco estava ignorando o requerimento para a instalação do colegiado, protocolado no início de fevereiro pelo senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), com a assinatura de 31 parlamentares, acima do número mínimo necessário, de 27. Após receber a ordem de Barroso, Pacheco leu o requerimento de instauração da CPI, em 13 de abril. A comissão tem como objetivo investigar as ações e omissões do governo no enfrentamento à pandemia.

mas ter acatado determinação do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, de abrir a CPI da Covid na Casa (leia Memória). “Os Poderes são independentes. Eu entrei com a ação para com o intuito de que o processo fosse avante. Nem vou

quadrar na previsão das instâncias de impeachment”.

Fux sustentou que o arquivamento do pedido de impeachment de Moraes preserva a independência dos magistrados. “Sabe o que restou dessa decisão? Restou exatamente a consagração de um dos requisitos que a sociedade exige do juiz, qual seja, a sua independência. A sociedade espera do juiz nobreza de caráter, conhecimento enciclopédico e, acima de tudo, independência”, enumerou. “E essa independência vem consagrada na Constituição Federal, por meio das garantias da magistratura, que não podem ser conjuradas, sob pena de atentado à democracia, sob pena de uma violação às garantias da magistratura garantidas na Constituição.”

Bolsonaro resolveu pedir processo de impeachment contra Moraes em reação à prisão do deputado e presidente nacional do PTB, Roberto Jefferson, seu aliado. Ele foi preso por ordem do ministro dentro do inquérito, em andamento no STF, sobre a atuação de milícias digitais. Além disso, o presidente não digeriu o fato de ter sido incluído, pelo magistrado, no inquérito das fake news.

Fux também defendeu as investigações iniciadas pelo STF “de ofício”, sem a provocação da Procuradoria-Geral da República (PGR). “Se tem uma operação para invadir o STF, vamos esperar? Não, vamos agir imediatamente e, a posteriori, enviar os autos para o Ministério Público, como foi com o das fake news”, explicou. Bolsonaro tentou impedir que a Corte pudesse tomar decisões “de ofício”. Ele entrou com uma ação contra o artigo 43, do regimento interno do tribunal, que permite a medida, mas o ministro Edson Fachin arquivou o pedido do chefe do Planalto na última quarta-feira.

dizer cassar, ou não, o ministro Alexandre de Moraes. O presidente do Senado, o senhor Pacheco, ele entendeu e acolheu uma decisão da advocacia lá do Senado”, afirmou, em entrevista à Rádio Jornal, de Pernambuco. “Agora, quando chegou uma ordem do ministro Barroso para abrir a CPI da Covid, ele mandou abrir e ponto final. Ele agiu de maneira diferente de como agiu no passado. A gente lamenta a posição do senhor Pacheco no dia de ontem (quarta), mas nós continuaremos aqui no limite, dentro das quatro linhas, para buscar garantir a liberdade para o nosso povo.”

Bolsonaro disse estar “praticamente sozinho” e voltou a acusar Moraes de ignorar a Constituição. “Vocês sabem que, nesta briga, eu estou praticamente sozinho. O que são as acusações contra o senhor Alexandre de Moraes? Ele simplesmente ignora a Constituição Federal. Ele desconhece e ignora vários incisos do artigo 5º. Ele ignora o direito de ir e vir, a liberdade de expressão”, sustentou. “Ele abriu o inquérito das fake news, e fake news nem estão tipificadas no Código Penal, e simplesmente começa a investigar qualquer um”, acrescentou, citando a prisão de aliados como as do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ); do presidente do PTB, Roberto Jefferson; e do blogueiro Oswaldo Eustáquio.

“A nossa Constituição é bem clara. A sua liberdade de expressão, se você extrapola, qualquer um entra na Justiça, vai pedir danos morais, ressarcimento, seja lá o que for. Nunca prender as pessoas”, protestou.



Nas entrelinhas

por Luiz Carlos Azedo

luizazedo.d@adabr.com.br



Onze teses negacionistas

Por definição, negacionismo é o ato de negar uma informação estabelecida em bases científicas, ou seja, amplamente estudada e comprovada. Suas características são a manipulação de informações, a utilização de falsos especialistas e as teorias conspiratórias. O negacionista assume uma postura irracional e ideológica, prefere acreditar em informações falsas e sem comprovação, despreza ciência e refuga as verdades inconvenientes. Na ciência, destacam-se o negacionismo do aquecimento global e o da esfericidade terrestre; na História, o do Holocausto. O Brasil vive uma onda negacionista, liderada pelo presidente Jair Bolsonaro e filhos.

O negacionismo explora o senso comum para construir teorias conspiratórias. A manipulação da informação é fundamental, geralmente por falsos especialistas, que exploram a boa-fé e a ignorância. Com o advento das redes sociais, utiliza-se em larga escala das fake news, formando grandes correntes de propagação de mentiras. São teses negacionistas:

1. Gripezinha — desde o começo da pandemia, o presidente Jair Bolsonaro adotou uma política negacionista em relação à pandemia da covid-19 e defendeu a chamada “imunização de rebanho”, cuja consequência foi o descontrole sobre a propagação da doença. O número de mortos se aproxima de 600 mil.

2. Cloroquina — em vez de providenciar a imunização em massa da população, Bolsonaro defendeu o uso indiscriminado de um “coquetel” ineficaz contra a doença, formado por hidroxicloroquina, ivermectina, nitazoxanida, azitromicina, vitamina D e zinco. Uma CPI no Senado investiga a máfia que se formou no Ministério da Saúde para ganhar dinheiro sujo com a pandemia.

3. Vírus chinês — nas redes sociais, disseminou-se a tese de que o novo coronavírus, de procedência chinesa, teria sido produzido em laboratório e propagado propositalmente pela China para prejudicar a economia mundial, no contexto da guerra comercial com os Estados Unidos. A tese provocou um incidente diplomático com a China.

4. Coronavac — a eficácia da vacina produzida pelo Instituto Butantan ainda é questionada por Bolsonaro, muito embora tenha sido a principal alternativa para conter a pandemia. Nesta semana, o ministro da Saúde, Marcelo Queiroga, ao anunciar a terceira dose das vacinas, excluiu a CoronaVac, muito embora milhões de brasileiros tenham sido imunizados pelo produto de origem chinesa.

5. Voto impresso — Bolsonaro defende o voto impresso e dissemina a tese de que a urna eletrônica não é confiável, levantando suspeitas sobre a lisura das eleições de 2022, embora nunca tenha sido comprovado um caso sequer de violação da urna eletrônica. A proposta foi rejeitada pela Câmara, por ampla maioria, além de contestada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

6. Poder moderador — o artigo 142 da Constituição de 1988 estabelece que “as Forças Armadas (...) destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”. Com base nesse artigo, Bolsonaro atribui aos militares o papel de Poder Moderador, que não existe na Constituição, cuja interpretação cabe ao Supremo, e não ao “comandante supremo” das Forças Armadas.

7. Amazônia — o desmatamento da Amazônia é monitorado por instituições científicas de todo o mundo, sendo um dos fatores de aquecimento global, em consequência de atividades ilegais, como grilagem de terras, queimadas, derrubada da floresta, garimpo etc. Bolsonaro defende a exploração indiscriminada da Amazônia e acusa as ONGs ambientalistas de estarem a serviço de potências estrangeiras.

8. Marxismo cultural — os artistas, os intelectuais e a cultura estão sendo perseguidos pelo governo federal, a pretexto de que seriam agentes do chamado “marxismo cultural”. O cinema, o teatro, a música, as artes plásticas e até a memória cultural, hoje, são sufocados pelos dirigentes dos órgãos culturais.

9. Racismo estrutural — a Fundação Palmares, criada para preservar e valorizar a cultura afrobrasileira e promover políticas afirmativas de combate ao racismo, nega o racismo estrutural. Tornou-se um órgão que não reconhece as comunidades de origem quilombola e combate o movimento negro, cujos líderes históricos renega, como Zumbi dos Palmares.

10. Terras indígenas — o governo promove o desmonte da política indigenista, reconhecida internacionalmente e responsável pela sobrevivência da diversidade étnica das comunidades indígenas. A tese básica é de que há muita terra para poucos índios e de que a cultura indígena não tem nenhum valor civilizatório.

11. Diversidade — o presidente da República não reconhece e menospreza a diversidade de gênero e orientação sexual. A comunidade LGBTQIA+ (qualquer pessoa não heterossexual ou não cisgênero, ou fora das normas de gênero pela sua orientação sexual, identidade, expressão de gênero ou características sexuais) sente-se ameaçada.

“O negacionismo explora o senso comum para construir teorias conspiratórias. A manipulação da informação é fundamental para explorar a boa-fé e a ignorância”